

Assistência social e deficiência: uma relação que precisa ir além dos benefícios

Maria Rita R. Rondani

Assistente social e assessora de gabinete da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social de São Paulo.

Para aprofundar seu conhecimento sobre a situação das pessoas com deficiência atendidas pelos CRAS/CREAS da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e reconhecendo o protagonismo da assistência social para romper o isolamento social de que muitas pessoas com deficiência são vítimas, o Programa Estadual de Prevenção e Combate à Violência contra Pessoas com Deficiência elaborou e aplicou, em maio/junho de 2014, um questionário em 27 municípios paulistas.

O objetivo era elencar os desafios para a inclusão social nos serviços oferecidos pelos equipamentos de assistência social, de forma a colher subsídios para a construção de políticas públicas que inibam a ocorrência de violência contra pessoas com deficiência.

Os municípios foram selecionados a partir da maior concentração de beneficiários ativos do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no Estado de São Paulo, com dados de novembro de 2013, coletados junto à Coordenadoria de Desenvolvimento Social da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo.

Foram aplicados 137 questionários visando mapear o atendimento, bem como os desafios dos CRAS e CREAS no atendimento à população em geral e às pessoas com deficiência, em particular.

Desse total, 102 foram encaminhados pelo Centro de Referência de Assistência Social e 23 pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População em Situação de Rua. Nove não identificaram o órgão e dois foram encaminhados pelo núcleo de Proteção Jurídica.

Perfil

Os dados referentes ao perfil dos usuários dos serviços permitiram constatar que o usuário mais frequentemente identificado nos atendimentos pelos equipamentos foi o usuário com transtorno mental (46,7% informaram que ocorre sempre e 34,2% disseram ocorrer com alguma frequência). A deficiência mais identificada foi a deficiência intelectual (34,2% informaram ocorrer sempre e 50% com alguma frequência). Já no que diz respeito às faixas etárias mais atendidas, salientamos que 56% dos equipamentos mencionaram ocorrer sempre o atendimento de adultos e 40,1% relataram receber sempre a demanda de idosos. Com relação ao atendimento à criança, 31% mencionaram ocorrer com alguma frequência e 36,9% disseram ocorrer raramente ou nunca. Já o atendimento a adolescentes acontece raramente em 36,2% das respostas, enquanto 32,8% mencionaram ocorrer com alguma frequência.

Os dados relativos ao tipo de deficiência e faixa etária indicam que a demanda de atendimento a idosos tem aumentado, o que pode inferir que parte das deficiências mais observadas possam estar correlacionadas ao envelhecimento.

Estratégias específicas

Quanto ao serviço oferecido, 46% dos municípios disseram não desenvolver estratégia específica para inclusão de pessoas com deficiência nos serviços questionados.

Entre aqueles que desenvolvem estratégias específicas, a de maior destaque é a *busca ativa*: 29,4% mencionaram empregar a estratégia com alguma frequência e 26,9% disseram recorrer sempre a ela. A *articulação com agentes comunitários da saúde* foi mencionada por 37,8% como estratégia utilizada com alguma frequência.

Apenas três equipamentos (2,18%) mencionaram utilizar o *relacionamento com a família* como prática. Soma-se a isto o fato de 54,3% dos serviços terem informado que as famílias nunca ou raramente participam de grupos. Este dado alerta para a importância de disseminar a relevância do atendimento às famílias e cuidadores entre os profissionais dos serviços de assistência social.

Com relação aos encaminhamentos ofertados pelos serviços, 56,7% informaram fazer quase sempre a *inclusão no BPC* e 49,6% afirmaram nunca encaminhar para a *inclusão produtiva*.

Relatos sobre violência

Entre as violências mais frequentes relatadas a esses serviços, a mais frequente é a *verbal/psicológica*, seguida do *abuso econômico* e, em terceiro lugar, *recusa de cuidados/maus tratos*. Estas três violências têm em comum o fato de serem normalmente praticadas no interior da família, por um parente ou cuidador.

Mostra-se fundamental a compreensão dos fatores que contribuem para o aumento da violência intrafamiliar. A construção de ações intersetoriais que atuem nas fontes de estresse físico, emocional, econômico e social vivenciados pelas famílias é imperativa para o combate efetivo da violência contra pessoas com deficiência.

Estrutura

Neste sentido, as principais dificuldades referidas pelos serviços pesquisados dizem respeito à falta de serviços apropriados e equipe de referência para atendimento especializado a esse público. Salienta-se, ainda, a ausência de melhor articulação em rede e a falta de acolhimento social para esta população.

Os dados indicam a necessidade de se discutir com diferentes atores da sociedade sobre a implementação de serviços que atendam às diversas fases do ciclo de vida dessas pessoas para além da infância, englobando a idade adulta e a velhice, atendendo às complexas demandas da população com deficiência e seus familiares.